



Apresentação: Reformas educacionais no Ensino Superior

Presentation: Educational Reforms in Higher Education

Presentación: Reformas Educativas en la Educación Superior

Denise Puglia Zanon¹



<https://orcid.org/0000-0003-4122-7458>

Vania Finholdt Angelo Leite²



<https://orcid.org/0000-0003-4583-7165>

É com muita alegria que lançamos o Caderno Temático intitulado: **“As reformas educacionais no Ensino Superior**, v. 25, ano 2022, com 14 artigos que apresentam debates instigantes sobre formação de professores nos cursos de licenciatura no Brasil e na América, considerando o conteúdo da Resolução CNE/CP n. 2/2019. Essa resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial de professores para Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), estabelecendo a revogação da Resolução CNE/CP n. 2/2015. Essa mudança de resolução alterou também a concepção de formação de professores, porque a nova Diretriz propõe a centralidade dos cursos de licenciaturas nos estudos da BNCC – pautada nas competências e habilidades, além de desconsiderar e desrespeitar a pluralidade e diversidade cultural dos estudantes, a liberdade de ensinar e aprender e do princípio democrático.

¹ Doutora em Educação pelo programa de pós-graduação em Educação – UEPG – PG. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Estado do Paraná. E-mail: denizanon@gmail.com

² Doutora em Educação pelo programa de pós-graduação em Educação PUC-Rio. Professora Associada da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Programa de pós-graduação em Educação: processos formativos e desigualdades sociais da UERJ. E-mail: vfaleite@uol.com.br

Neste caderno temos 14 artigos, dentre os quais, seis evidenciam que existe um interesse do capital em padronizar os currículos tendo como base a teoria das competências e habilidades. Isso retrocede os avanços em relação à formação de professores que estava voltada para formação humana, indissociabilidade teoria e prática e reduz a docência a técnica de ensinar na Resolução n.2/2015. Por outro lado, há uma disputa e negociação com vista à proposição de outro projeto curricular de formação diferente da proposta da BNC-formação de 2019 em distintos contextos, sejam nas universidades e nas Associações como Anfope e Anped.

Destacamos os títulos dos 6 (seis) artigos: **“A BNCC e BNC formação como indutora do apagamento da formação docente”**, **“Políticas Curriculares para formação de professores: disputas e negociações em distintos contextos”**, **“Estado do conhecimento sobre formação docente com enfoque na educação superior e políticas públicas: a formação de professores em disputa”**, **“Políticas de formação inicial docente no Brasil: novas versões, antigas concepções”**, **“Um olhar reflexivo sobre a Base Nacional Comum de Formação BNC Formação”** e **“Formação de Professores no Brasil e Honduras: concepções e políticas”** Eles discutem a política de educação superior focando nas questões curriculares, privilegiando a pesquisa documental da legislação da Resolução CNE/CP n.2/2015 e da Resolução CNE/CP n.2/2019.

O leitor terá ainda, a oportunidade de refletir sobre os conhecimentos estruturantes de ser e atuar na docência. Trata-se de duas pesquisas documentais, que nos instigam a problematizar a redução da docência a questão técnica, muitas vezes, responsabilizando e culpabilizando os docentes pelos problemas de aprendizagem dos estudantes sem considerar o contexto sócio-político econômico do Brasil. Estas discussões estão expressas em dois artigos intitulados: “Conhecimento estruturantes para formação de professores” e “Tensões e embates na formação docente: perspectivas históricas e análise crítica da BNC-Formação e BNC-Formação Continuada” dão ênfase.

Dentre os artigos que compõem o caderno, temos uma pesquisa documental, com o seguinte título: **“Formación del profesorado Y reformas em la educación superior: uma perspectiva de direitos humanos”**. Na centralidade do debate destaca-se os direitos humanos na reforma do ensino superior. O autor conclui que os docentes precisam estar atentos às necessidades sociais e atualizar-se acerca das mudanças educacionais atuais.

Em outros dois artigos, a centralidade da discussão incide sobre duas licenciaturas e as reformas curriculares, são eles: **“Políticas de currículo para educação básica e a formação de professores de língua portuguesa: uma abordagem integrativa”** e **“Base Nacional Comum Curricular na Formação inicial de professores de química: o que pensam os licenciandos”**. O primeiro artigo evidenciou que as diretrizes curriculares estabelecem novos parâmetros para

autonomia universitária, que os cursos continuem comprometidos com os interesses públicos. O segundo apresentou uma pesquisa com 24 licenciandos de química, que perceberam um esvaziamento dos conteúdos científicos na BNCC, como também, visa a formação de competências nos estudantes em detrimento da formação humana.

Em relação à extensão universitária, temos dois artigos que propiciam ao leitor a reflexão sobre seu conteúdo, contribuindo para ampliar a compreensão sobre a extensão na formação docente. Os dois artigos têm os seguintes títulos: **“A curricularização da extensão na formação docente: aproximações e contradições para uma práxis emancipatória”** e **“Notas teórico-práticas sobre a atividade de extensão Literatura e Cultura da UFSCar”**. São dois textos que abordam a extensão sob diferentes enfoques. O primeiro é uma pesquisa de cunho bibliográfico que apontou a necessidade de legitimar práticas extensionistas que integrem os currículos das licenciaturas como instrumentos emancipatórios. O outro artigo traz um estudo de caso do ensino de literatura em diálogo com outras artes com discentes e docentes da UFSCar em escolas estaduais do município de São Carlos.

Por fim, o artigo **“Notas sobre os estudos do processo de orientação entre orientador e orientando: dos modelos de universidade a uma reflexão dialógica na pós-graduação stricto sensu brasileira no contexto do Mestrado Profissional (PROFletras)”**. Traz uma revisão de literatura sobre o conceito de universidade, criação da pós-graduação brasileira e debate também sobre o conceito “orientação acadêmica”. É um texto que nos instiga a refletir sobre a relação orientador e orientando em um mestrado profissional em que o professor da educação básica assume o papel de pesquisador.

Convidamos você, a ler os textos do Caderno temático e aprofundar seu olhar em relação a reforma do ensino superior.